

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Soto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 133.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 12 de Setembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretária da pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Naeli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinati, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Fabiano Braga Côrtes, Luiz Roberto Soares, Santos Lima e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 60-72. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 277-70, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 13, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 61-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 134.ª Sessão Ordinária
Realizada em 12 de Setembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidente do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Naeli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinati, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Fabiano Braga Côrtes, Luiz Roberto Soares, Santos Lima e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs 177, 178, 179, 180, 181 e 189-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis n.ºs:

44-72: Do Senhor Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública, a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais, nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.303. — **Agradeça-se.**

235-71: Do Senhor Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a Associação dos Professores de Maringá "A.P.M.", com sede na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.312. — **Agradeça-se.**

223-71: Do Senhor Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o Clube Cultural Social e Recreativo (JUDIMA), na cidade de Mandaguá, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.311. — **Agradeça-se.**

42-72: Do Senhor Deputado ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO, que declara de utilidade pública, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, da cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.309. — **Agradeça-se.**

197-71: Do Senhor Deputado WILSON BRANDÃO, que considera de utilidade pública, o Núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.310. — **Agradeça-se.**

220-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 23-71, que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os cargos isolados em Comissão que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.307. — **Agradeça-se.**

285-71: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que outorga Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.308. — **Agradeça-se.**

107-71: Do Senhor Deputado ARMANDO QUEIROZ DE MORAES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n.º 45-E com 4,70 hectares, Secção Água Grande da Gleba Rio Mourão naquele município, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.304. — **Agradeça-se.**

198-71: Do Senhor Ex-Deputado ACYR JOSÉ, que denomina "Dezembragados Antonio de Paula", Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediado na capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.305. — **Agradeça-se.**

2-71: Do Senhor Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, o qual dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966, que convertido em Lei, tomou o n.º 6.306. — **Agradeça-se.**

43-72: Do Senhor Deputado JOÃO MANSUR, que concede Título de Cidadão Honorário "Post-Mortem", ao Brigadeiro do Ar. MARIO CALMON EPPINGHAUS, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.313. — **Agradeça-se.**

255-71: Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que cria o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporá, com área territorial constituída pelos atuais distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.314. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.º 116-72, 117-72.

— De autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 55-72.

— De autoria do Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 127-72.

— De autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 76-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento, em Piraquara, no dia 5 do corrente, do Senhor Reginato Souza, membro de tradicional família local.

Requer, outrossim, que seja dada ciência do teor do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — **Leopoldo Jacomel**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do vereador José Balan do Município de Umuarama, ocorrido na data de ontem.

Requer ainda, que do presente, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — **Marciano Baraniuk**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Diretor do Departamento de Trânsito, Engenheiro Marcos Prado, apelo no sentido de ser instalado com urgência um semáforo, na esquina das ruas Augusto Stresser e Alberto Bolliger. Tal solicitação, prende-se ao fato de que na confluência daquelas ruas, semanalmente vem ocorrendo uma série de acidentes de trânsito, causando inclusive, um sem número de vítimas.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — **Basílio Zanusso**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, convidando-o a proferir palestra no Plenário desta Casa, no próximo dia 25 do corrente.

Cremos grandemente oportuna a data 25 de setembro para a presença na Assembleia Legislativa da maior autoridade eclesiástica paranaense, por se tratar do DIA DA BÍBLIA, ocasião em que todas as religiões cristãs levam a cada lar, através do Livro Sagrado, a palavra de Cristo. É esta Casa que é a síntese do Paraná, e ponto de convergência das mais caras aspirações populares, não se pode afastar de um movimento que, não tendo nenhum objetivo material ou pessoal, quer, apenas, reavivar em cada um em particular e em todo o Povo em geral, a chama da fé, sem a qual a criatura humana perde uma das suas principais características que a distinguem dos demais seres da terra.

Sendo assim, esperamos que os eminentes Senhores Deputados, aquiescendo em aprovar este Requerimento, enviem, através da Comissão Executiva, o convite que o presente objetiva.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — **Cândido Martins de Oliveira**

Requerimento

Senhor Presidente:

O mundo inteiro ficou estarelecido ante a violência terrorista que em Munique vitimou atletas israelenses na Olimpíada Mundial que lá se realizou.

Sem perquirir as razões ou motivos do ato extremado, causa-nos repulsa

que em pleno Século XX os homens ainda procurem resolver suas divergências políticas ou ideológicas através do morticínio mais covarde e repugnante. Este, principalmente, estarreceu a todos, pela forma inesperada e por ter vitimado jovens atletas que deixaram a sua Pátria para contribuir para a Paz Mundial, através de disputa honesta e limpa nos campos esportivos da Alemanha.

Cremos justo, pois, que esta Assembléia Legislativa, representante autêntica dos sentimentos paranaenses, testemunhe a sua tristeza em nome do Povo, oficiando ao Centro Israelita do Paraná, unindo a sua voz a daqueles que já se manifestaram pesados, com votos de que os homens de todo o mundo voltem à razão, deixando que cada um escolha livremente o seu caminho e o seu destino, respeitando-se mutuamente como criaturas humanas dignas de apreço pelas características inerentes à sua própria condição.

Requer-se, assim, uma vez aprovado o presente pelo Egrégio Plenário da Casa, seja dado conhecimento integral ao Centro Israelita do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

Projeto de Lei n.º 152-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o "Dia do Médico", a ser oficialmente comemorado em todo o Estado do Paraná no dia 18 de outubro de cada ano.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

A exemplo das demais Assembléias Legislativas do Brasil, queremos também que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná preste sua homenagem àqueles que dedicam sua vida ao serviço da nobre profissão de médico. A escolha do dia 18 de outubro, deve-se ao fato de ser esta data consagrada ao grande Apóstolo Evangelista São Lucas, que simboliza a figura do médico cristão. As particularidades da vida deste Apóstolo, convertido ao cristianismo graças aos primeiros pregadores da era cristã, e o fato de ter sido um grande médico, por si só justificam a escolha da data, que virá proporcionar a classe médica do Paraná, a oportunidade de uma confraternização. O "Dia do Médico", será não só dos facultativos da nobre profissão, mas sim de todos aqueles que prezam a vida humana na sua plenitude. Este é o Projeto que ora apresentamos à consideração desta Assembléia, que tem a honra de contar entre os seus dignos membros inúmeros representantes da classe médica.

Projeto de Lei n.º 153-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) — Jorge Satto

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Projeto de Lei, homenagear dois ilustres brasileiros, concedendo-lhes o título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino, paulistas radicados em Maringá neste Estado.

Esquematisando suas atividades há bastante tempo em nosso Estado, puderam os dois ilustres homenageados, pelo trabalho, pela dedicação, pela inteligência, realizar trabalho de vulto, incentivando o progresso de Maringá do Paraná.

Anexamos ao presente Projeto de Lei, o "Curriculum Vitae" dos homenageados, mostrando os empreendimentos realizados pelos dois desbravadores desta progressista região do Estado e comprovando o reconhecimento que é justo que se faça aos dois ilustres brasileiros.

Projeto de Lei n.º 154-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública a sociedade beneficente denominada — Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas, neste Estado.

Artigo 2.º — A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, porventura, existentes.

Sala das Sessões, 12 de Setembro de 1972.

(a) — Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Desde o ano de 1966, existe em Arapongas uma instituição de benemerência que se denomina — "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas".

Sua sede, construída com a ajuda de muitos rotarianos e da própria cidade, pode ser vista por todos os que demandarem a Arapongas ou dela saírem, ou, ainda, pela mesma passarem, margeando-a, pois se localiza há poucos metros da BR-369. A todos, como que simbolizando uma mensagem de sempre renovado amor ao próximo.

Por si só, a obra rotária é de alcance mundial, em matéria de beneficência. Todos os Clubes Rotarys são considerados, universalmente, de utilidade pública.

Neste caso, para o qual se legisla, o Rotary, através das senhoras de rotarianos, mantém um órgão especializado na solução de problemas sociais.

Além de se conceituar como autora de inúmeras campanhas de real utilidade pública, abrangendo principalmente as classes menos favorecidas e desamparadas de melhor assistência, pretende a Associação em foco edificar e fazer funcionar uma creche, que será a primeira a ter existência naquela cidade, uma das mais importantes comunas do Estado.

Visa, com isso, a instituição, propiciar o exercício do emprego pelas mães que trabalham, ou necessitando trabalhar, não têm como exercer a guarda e vigilância de seus filhos de terra idade.

Sem a declaração de utilidade pública, pretendida neste plano de lei, ficaria a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas, carecedora de apoio e subvenções oficiais, imprescindíveis à concretização da obra visada.

Projeto de Lei n.º 155-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — O Parágrafo 1.º do Artigo 1.º, da Lei n.º 6296, de 07 de julho de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta Lei".

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — João Fadel

O presente projeto de lei pretende ampliar o prazo fixado no parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6296, de 7 de julho de 1972, que concedeu anistia condicional das multas e acréscimos relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972. Justifica-se, porquanto o prazo fixado para os contribuintes se beneficiarem do dispositivo legal foi demasiadamente exiguo e, sobre a matéria não houve a divulgação que era de esperar, se a fim de que da mesma tomassem ciência os comerciantes e industriais estabelecidos em cidades do interior do Estado e que, de modo geral representam a grande maioria de requerentes àquele benefício fiscal.

Além do mais, no que se refere à anistia de multa a Secretaria da Fazenda, através de sua Instrução n.º SF-340-72, de 7.7.72, dispõe que o pedido de homologação da anistia será protocolado na repartição fazendária onde correr o feito onde também deverá ser efetivado o pagamento prévio das importâncias devidas, o que significa, na grande maioria dos processos, na Procuradores Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda, pois os que têm condições de serem beneficiados pelo diploma legal estão na quase totalidade, com seu crédito tributário inscrito na dívida ativa do Estado, ou então processado o termo de acordo para pagamento parcelado, sendo que em qualquer dos casos o contribuinte terá que deslocar-se de sua cidade para protocolar o processo aqui na Capital do Estado, o que, somado à pouca divulgação da lei, às exigências técnicas indispensáveis para a instrução da inicial, à pouca orientação que as Agências de Rendas do interior fornecem aos interessados, tornou quase inúteis os efeitos da citada Lei n.º 6296, de 0.7.72, para a grande maioria dos contribuintes que da mesma poderiam beneficiar-se, frustrando, "ab initio", o elevado sentido sócio econômico que o legislador pretendia alcançar através daquela iniciativa.

Os nobres Deputados certamente concordarão com os argumentos expostos e, tendo presente ao espírito os elevados interesses da comunidade, certamente também darão ao presente projeto de Lei o seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno, nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 25.72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 147.72 — aprova os termos do Convenio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando instalação de um Posto de revenda de Produtos Agropecuários à Agricultores e Criadores do Município. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 86.70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambéi, no Município de Castro. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 216.70, de autoria do Dep. Fabiano B. Cortes, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telêmaco Borba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 238.70, de autoria do Dep. Pinto Dias, fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a Discussão — do Projeto de Lei n. 110.71, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades Assistenciais do Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as formas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **COM EMENDA.** Aprovados projeto e emenda, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 207.71, de autoria do Dep. Emilio Carazzai, fica criada uma Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 47.72, de autoria do Dep. Ovídio Franzoni, fica denominado Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-71, de autoria do Dep. Muggiati Filho, dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução n. 2-66, de outubro de 1966. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Projeto de Resolução n. 1-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 1.º da Resolução n. 2-66 de outubro de 1966, passa a ter vigência seguinte:

“Art. 1.º — A deliberação da Assembléia Legislativa sobre o nome proposto pelo Governador do Estado, para o cargo de Prefeito da Capital, nos termos do art. 104, inciso I, da Constituição Estadual, obedecerá o procedimento estabelecido na presente Resolução.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1971.

aa) Deputados José Muggiati Filho

Antonio Belinati
Alvaro Dias
Maurício Fruct
Hélio Manfrinato
Domício Scaramella

**Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1-71**

PARECER

O projeto de Resolução objetiva apenas alterar, no texto do art. 1.º, da Resolução n. 2-66, de 5 de outubro de 1966, a menção às fontes do poder deliberativo da Assembléia relativamente ao nome proposto pelo Governador para ocupar o cargo de Prefeito da Capital.

Em lugar da dita deliberação basear-se no art. 4.º, do Ato Institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966, cuja vigência esgotada, quer o nobre deputado José Muggiati Filho que ela se alicerce no inciso I, do art. 104, da Constituição do Estado, este sim em plenitude de sua vigência.

A adaptação é necessária, conveniente e oportuna, pelo que opino pela aprovação da medida proposta.

O parecer é favorável ao Projeto de Resolução n. 1-71.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator
Muggiati Filho
Borsari Netto
Emílio Carazzai
Paulo Camargo
Ovidio Franzoni

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **COM EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 177-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Santa Cecília do Pavão, um Colégio Comercial Estadual, para funcionar no ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da Verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1970.

a) Dep. Paulo Poli.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente plano de lei, dotar aquele progressista Município de nosso Estado, de um Colégio Comercial, que possibilitará a grande número de estudantes continuar os seus estudos na sua própria cidade, e desta forma auxiliá-la no seu progresso, que dia a dia vem se manifestando em todos os seus setores, quer econômico, populacional ou social.

É neste sentido que esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa, sempre voltados para as justas reivindicações do Paraná.

**Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 177-70**

AUTOR: Deputado Paulo Poli

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Santa Cecília do Pavão e dá outras providências.

PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vêm sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado estadual é o legítimo representante do povo que sente “in loco” os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

“É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servido-

res públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública”.

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

“Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar”.

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a “lei autoziza despesas”.

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará e dependerá de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

“I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado”.

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data venia aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz:

“Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura”.

b) — Observa-se de que a “fase autorizatória” que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a “lei que cria” um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no “lugar tal” visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser “são serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura”, o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho — Acyr José — Cândido Martins de Oliveira — Sebastião R. Júnior

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA**

ONDE SE LÊ:

“a partir de 1971,

LEIA-SE:

“A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO”

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

as) Ilegível

Presidente

Igo Ivant Losso — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 177-70

A medida é das mais oportunas, pois trata da criação de estabelecimento de ensino, no interior do Estado, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável, de conformidade com o substitutivo da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em... de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovidio Franzoni — Santos Lima e Fual Nacii

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 177-70

Não encontramos nenhum impedimento ao referido Projeto de Lei.

A medida é das mais justas, pois visa o progresso do município, por isso somos favoráveis ao projeto, juntamente com o substitutivo da Comissão da Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em... de agosto de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator

Alvaro Dias e Cândido M. de Oliveira

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 28-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Normal Colegial no Município de Indianópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 28-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal Colegial no Município de Indianópolis.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Wilson Fortes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 28-71

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Cria uma Escola Normal Colegial no Município de Indianópolis.

PARECER

Medida justa que não fere qualquer dispositivo de Lei ou Constituição.

Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Acyr José — Odilon Reinhardt — Igo Losso — Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 28-71

A medida é justa, portanto somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em... de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias — Arizone Araújo — Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 28-71

Meramente autorizatório, o presente Projeto de Lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

aa) Fual Nacli — Presidente

João Fadel — Relator

Odilon Reinhardt — Antônio Belinati

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 136-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. COM EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 136-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à Constituição e funcionamento do curso criado por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de junho de 1971.

a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos criar um Curso Normal Colegial, na sede do Município de São Pedro do Paraná, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

O elevado número de crianças que concluem anualmente o curso primário naquela próspera região, justifica plenamente a criação do curso que ora se pleiteia, pois não pode o Poder Público continuar ausente neste importante setor que é a educação secundária.

Diante destas circunstâncias, esperamos contar com o indispensável apoio dos nobres colegas na aprovação desta medida, que temos a honra de submeter à elevada apreciação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 136-71

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Autoriza criação de Curso Normal Colegial.

PARECER

1) — O presente Projeto, subscrito pelo nobre Deputado Wilson Fortes, visa autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de São Pedro do Paraná, curso de ensino normal colegial, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

2) — Do ponto de vista legal, nada obsta a aprovação do projeto em referência, tanto mais por se tratar de mera autorização legislativa.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Muggiati Filho — Emílio Carazzai — Cândido Martins de Oliveira —

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 136-71

A criação de estabelecimentos de ensino, é matéria de alto alcance, quanto a sua natureza.

Tendo em vista, tratar-se de matéria meramente autorizatória, não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 136-71

Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão o presente Projeto de Lei que contém matéria de real importância para o problema educacional do Estado.

Pelas próprias razões da justificativa e respeitável pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinamos pela sua aprovação, com a Emenda que anexo oferecemos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de 1972.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Cândido Martins de Oliveira

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N. 136-71

No art. 1.º, onde se lê:

"para funcionar a partir do ano letivo de 1972"

Leia-se:

"para funcionar a partir do próximo ano letivo".

Sala das Comissões, em... de 1972.

(Assinatura ilegível) — Presidente e Relator

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 157-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome e jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 157/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome, desmembrado do 5.º Distrito Rodoviário, com sede em Guarapuava, com jurisdição, além do Município sede, nos de Chopinzinho, Palmital, Quedas do Iguaçu, São João, São Jorge do Oeste e Guaraniáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1971.

a) Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a apresentação deste Plano de Lei, tendo em vista que Laranjeiras do Sul é ponto central de vasta região, a qual conta com um grande número de estradas que está a merecer um melhor tratamento por parte das autoridades competentes.

As atuais condições de tráfego das referidas estradas, em face de sua precariedade, exigem a criação de um Distrito Rodoviário, o qual virá, sem dúvida alguma, colaborar de forma decisiva com o grande surto de progresso daquela parte do Estado.

Em assim sendo, levamos o presente Projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nr. 157/71

AUTOR: Deputado João Mansur.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul.

PARECER

1.) Com a presente proposição visa o nobre Deputado João Mansur a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, com sede no Município do mesmo nome, desmembrado do 5.º Distrito Rodoviário e com jurisdição nos municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Palmital, Quedas do Iguaçu, São João, São Jorge do Oeste e Guaraniáçu.

2.) A justificativa apresentada nos convence da oportunidade da medida proposta. Quanto ao aspecto legal entendemos que por tratar-se de mera autorização legislativa, e que não implica no aumento da despesa pública, nada há que impeça a sua aprovação.

3.) Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente.

Erondy Silvério — Relator.

Luiz R. Soares

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nr. 157/71

AUTOR: Deputado João Mansur.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul.

PARECER

1.) Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado João Mansur autorizar o Poder Executivo a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome, desmembrado do 5.º Distrito Rodoviário, com sede em Guarapuava, com jurisdição que especifica.

2.) A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou pela sua apro-

vação. No que se refere ao aspecto financeiro da proposição nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente.

Odilon Reinhardt — Relator.

David Federmann

Antônio Lopes Júnior

Antônio Belinati

João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Bersari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 116/72 e 117/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reginato Souza — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Balan. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente à Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, convidando-o a proferir palestra no Plenário desta Casa. — **Aprovado.** Em consequência da aprovação do presente requerimento esta Presidência esclarece que deverá ser designada hora para a Sessão Especial do próximo dia 25 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de ser instalado, com urgência, um semáforo na esquina das ruas Augusto Stresser e Alberto Bolliger. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quilse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nr. 76/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nr. 55/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nr. 127/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Centro Israelita do Paraná, unindo a sua voz a daqueles que já se manifestaram pesarosos, com votos de que os homens de todo o mundo voltem à razão, deixando que cada um escolha livremente o seu caminho e o seu destino. — **Aprovado.**

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar em Plenário a presença do Sr. Ronaldo Tramuja, advogado e industrial residente em Francisco Beltrão, candidato da Aliança Renovadora Nacional à Prefeitura daquele Município.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 112-72.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 233-70, 110-71, 207-72 e 47-72.
2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 1-71 e dos Projetos de Lei nrs. 177-70, 28-71, 136-71 e 157-71.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 219-71, 238-71, 27-72, 55-72, 76-72 e 127-72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 5.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados João Fadel, Antônio Lopes Júnior, David Federmann, Odilon Reinhardt, Antônio Belinati e Jorge Sato. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos:

PROJETO DE LEI Nr. 211/69 — de autoria do Senhor Deputado Luiz Renato Malucelli, que cria na Cidade de Palmeira, o curso científico, para funcionar a partir de 1970, parecer contrário — aprovado, do Senhor Deputado Relator João C. Fadel.

PROJETO DE LEI Nr. 215/69 — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que cria em Entidade de Fundação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Cascavel. Relator o Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 296/70 — de autoria do Senhor Deputado Semo Scaff, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar uma área de terras de 5.000 m² nesta Capital, para ampliação do Colégio Estadual Rio Branco. Relator o Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 74/71 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida a Vicentina de Moraes Gomes. Relator o Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 111/71 — de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo, criar no Município de Guarapuava, local denominado Serra Esperança, um Parque Florestal. Relator o Senhor Deputado João C. Fadel, parecer contrário — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 162/71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo

Krüger, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul, e dá outras providências. Relator o Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 250/71 — de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava, e dá outras providências. Relator o Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nr. 1/72 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que institui concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator o Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 53/72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao de Amparo, numa extensão de 53 quilômetros. Relator o Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 58/72 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo, isentar do pagamento da taxa de água e esgotos, os hospitais de caridade, albergues e entidades assistenciais e filantrópicas como especifica. Relator o Senhor Deputado Antônio Belinati, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 76/72 — de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal, correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios, às viúvas dos suplentes de deputado estadual como especifica. Relator o Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 77/72 — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo através do Departamento de Estradas de Rodagem, firmar convênio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município a BR-376 — Rodovia do Café. Relator o Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 78/72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Irahide França Assad, viúva de ex-delegado de polícia. Relator o Senhor Deputado Antônio Belinati, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 79/72 — que autoriza o Poder Executivo criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu e dá outras providências. Relator o Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 103/72 — de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo transferir de Godolfim Schulte para sua filha Carolina Schultz, a pensão mensal concedida pela Lei nr. 2.334, de 3-3-52, alterada pelas Leis nrs. 2.290 e 1.912, de 18-5-54. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 111-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem nr. 28/72 — encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conceder à Petrobrás — Petróleo Brasileiro S. A., isenção de pagamento do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis com objetivo de instalar complexo industrial inerente às suas finalidades. Relator o Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 112/72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem nr. 29/72 — encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para despesas com constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN. Relator o Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 116/72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem nr. 30/72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital e com as confrontações que especifica. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 118/72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem nr. 32/72 — encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça e como integrantes da carreira do Ministério Público, três cargos de Procurador da Justiça. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Fuad Nacli — Presidente.

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 22.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI Nr. 186/70 — autor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra, e dá outras providências, com substitutivo da C.C.J.

PROJETO DE LEI Nr. 251/70 — autor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal, em Maria Helena, com subst. da C.C.J.

PROJETO DE LEI Nr. 268/71 — autor deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Maria Junqueira Schmidt", da cidade de Maringá.

PROJETO DE LEI Nr. 292/71 — autor Poder Executivo — Mensagem nr. 49, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

PROJETO DE LEI Nr. 68/72 — autor deputado João Mansur, que assegura benefícios que especifica aos dependentes do servidor policial civil ou militar do Paraná, quando falecido em consequência de agressão sofrida no desempenho de função policial ou de segurança.

PROJETO DE LEI Nr. 71/72 — autor deputado Cândido M. M. de Oliveira, que concede título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Senhora Dalila de Castro Lacerda.

PROJETO DE LEI Nr. 73/72 — autor deputado Borsari Neto, que estabelece prazo de quarenta e cinco dias às Câmaras Municipais na apreciação de projetos de lei oriundo do Poder Executivo Municipal.

PROJETO DE LEI Nr. 118/72 — autor deputado Igo Poder Executivo — Mensagem nr. 32/72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça e como integrantes da carreira do Ministério Público, três cargos de Procurador da Justiça.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nr. 5/72 — autor deputado Xenofonte Villanueva, que dá nova redação ao artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução nr. 19/69, de 15 de agosto de 1969. — APROVADAS.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotomaior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Lélcio Guimarães Sotomaior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 186/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Técnica de Comércio de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-08-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Basílio Zanusso — Relator.
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 251/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Maria Helena, uma Escola Normal de Grau Ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-08-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Basílio Zanusso — Relator.
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 268/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Maria Junqueira Schmidt", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-08-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Basílio Zanusso — Relator.
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 268/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Maria Junqueira Schmidt", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-08-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Basílio Zanusso — Relator.
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 292-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. —, com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na Capital do Estado, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Parágrafo único — A Fundação é uma entidade autônoma que se regerá por estatuto aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 2.º — A Fundação terá por objetivos a colonização e o desenvolvimento rural no Estado do Paraná, o mapeamento sistemático do território paranaense e a elaboração do cadastro territorial do Estado e da sua estatística imobiliária.

Parágrafo único — A Fundação não substituirá o Estado no exercício de suas atribuições próprias, mas agirá supletivamente.

Art. 3.º — O Patrimônio da Fundação será constituído de:

I — Todas as áreas de terras públicas e devolutas de propriedade do Estado do Paraná, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas já legitimadas por terceiros;

II — Bens que lhe forem doados por qualquer pessoa de direito público ou privado;

III — Todos os bens móveis, imóveis, semoventes, instalações e equipamentos que na data da constituição da Fundação estejam destinados pelo Governo do Estado ao funcionamento dos órgãos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização: OS IMÓVEIS DE QUE TRATA ESTA ALÍNEA SÃO OS SEGUINTE:

a) Imóvel sito à Rua Engenheiro Rebouças n. 1.375, com 50,30 m. de frente, por 22,60 m. para a Rua Reinaldo Machado e 29,60 m. para a Rua Francisco Nunes, local onde acha-se instalada a Sessão de Almoarifado e Suprimento e Seção de Oficinas e Garagens do DGTC;

b) Lote n. 14 da Quadra 90 da Cidade de Londrina, com área de 180m2. objeto da transcrição n. 6 do livro 3, às fls. 24 do Registro de Imóveis de Londrina, Claudino F. dos Santos;

c) Lote n. 4 da Quadra 67 da Cidade de Paranavaí, com a área de 460,864 m2, onde atualmente acha-se instalada a Sub-Inspetoria de Paranavaí, do D.G.T.C.;

d) Imóvel com edificação na Cidade de Pitanga onde acha-se instalada a 5a. Inspetoria de Terras do D.G.T.C.;

e) 3 (três) lotes com edificações, sítos à Avenida Manoel Ribas sob n.ºs 598, 612 e 638 na Cidade de Pirai do Sul, onde acha-se instalada a 6a. Inspetoria de Terras do D.G.T.C.;

f) Lotes 2 e 3 da Quadra n. 144 da Cidade de Pato Branco, objeto das transcrições ns. 11.182 às fls. 281 e 11.183 às fls. 281 do Registro de Imóveis de Pato Branco, onde acha-se instalada a 7a. Inspetoria de Terras do D.G.T.C.;

g) 2 (dois) lotes de terras com edificações, sítos à Rua Santa Catarina, esquina com a Rua Irmãos Pereira, medindo 40 m. x 45 m. na Cidade de Campo Mourão, onde acha-se instalada a 8a. Inspetoria de Terras do D.G.T.C.;

h) Terreno medindo 45 m. de frente para a Rua Barão de Antonina, sob n. 325, por 20 m. de fundo, na Cidade de Curitiba, onde acha-se instalado, provisoriamente, um setor do DETRAN;

i) Lotes n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 16 da Quadra 9 da Cidade de Cascavel, onde acha-se instalada a 9a. Inspetoria de Terras do D.G.T.C.

IV — Uma doação de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), que lhe será feita pelo Poder Executivo.

Art. 4.º — Constituem receita da Fundação:

I — Rendas de seu patrimônio;

II — Dotações consignadas no orçamento do Estado;

III — 20% (vinte por cento) do produto de venda de terras devolutas do Estado;

IV — Produto de comercialização da produção agropecuária da Fundação;

V — Produto da arrecadação da Cota de Ocupação de Terras Devolutas a ser criada por lei;

VI — Produto da Taxa de Valorização, Agrária de que trata a Lei n.º 947, de 61 de outubro de 1952 e de outras contribuições que lhe forem atribuídas;

VII — Remuneração por serviços prestados e administração de Fundos;

VIII — Doações, auxílios, contribuições e subvenções que lhe forem concedidos pela União, Estados, Municípios e entidades públicas ou particulares, nacionais ou não;

IX — Recursos provenientes de acordos ou convênios celebrados com pessoas de direito público ou privado;

X) — Outras rendas de qualquer natureza.

§ 1.º — Ficam transferidas à Fundação as importâncias relativas à Taxa de Valorização Agrária arrecadada no presente exercício, devendo a entrega ser feita pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que disso lavrar termo próprio.

§ 2.º — Ficam, igualmente, transferidas à Fundação as dotações consignadas no orçamento do Estado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no exercício de 1.972, pelo saldo que existir à época da constituição da Fundação.

Art. 5.º — A Fundação, por ser uma entidade sem fins lucrativos, só poderá utilizar seus bens, direitos e rendas, na realização de suas finalidades.

Art. 6.º — Fica a Fundação investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas, podendo ainda, promover convênios e acordos com a União, Estados e Municípios.

Art. 7.º — A Fundação terá uma estrutura orgânica constituída de um Sistema Deliberativo e de um Sistema Executivo, compostos de órgãos com funções interdependentes e complementares.

Art. 8.º — O Sistema Deliberativo compreende:

I — Conselho de Curadores;

II — Conselho de Administração.

Art. 9.º — O Conselho de Curadores, órgãos de controle financeiro, patrimonial e contábil de Fundação, é composto de 5 (cinco) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos de conhecida experiência e conhecedores de assuntos relacionados com a colonização e o desenvolvimento rural, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado.

§ 1.º — O Conselho de Curadores elegerá entre seus membros o seu Presidente.

§ 2.º — O Presidente da Fundação, como representante nato do Sistema Executivo, participa, sem direito a voto, das sessões do Conselho de Curadores.

Art. 10 — O Conselho de Administração, órgão de deliberação, é composto de 8 (oito) membros:

a) O Presidente;

b) O Coordenador de Terras;

c) O Coordenador de Cartografia;

d) O Coordenador de Cadastro;

e) O Diretor Técnico;

f) O Diretor Administrativo;

g) O Procurador Jurídico;

h) O Inspetor de Finanças.

§ 1.º — O Presidente da Fundação é o Presidente nato do Conselho de Administração.

§ 2.º — As decisões do Conselho de Administração são sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além de seu, o voto de desempate.

Art. 11 — O Sistema Executivo se compõe do Presidente da Fundação nomeado pelo Governador do Estado, com remuneração por ele fixada, coadjuvado por 3 (três) Coordenadores — Terras, Cartografia e Cadastro, 2 (dois) Diretores — Técnico e Administrativo, 1 (um) Procurador Jurídico e 1 (um) Inspetor de Finanças, cargos subalternos cujos titulares serão de livre escolha e de designação do Presidente da Fundação.

Art. 12 — O Presidente da Fundação representa-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 13 — A estrutura administrativa da Fundação será fixada no estatuto a que se refere o parágrafo único do artigo 1.º desta lei.

Art. 14 — Fica revogada a Lei n.º 886, de 16 de julho de 1.952, que criou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

§ 1.º — Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único

do Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Geografia, Terras e Colonização, passarão a ter lotação na Secretaria de Estado dos Negócios do Governo.

§ 2.º — A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades coglegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida por pessoa a ser indicada pelo Presidente da Fundação.

Art. 15 — Fica revogado o art. 4.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962, que criou o Conselho de Desapropriação e Colonização (C.D.C.) com atribuições de deliberar sobre os recursos do Fundo de Desapropriação e Colonização (F.D.C.).

§ 1.º — As atribuições de deliberação sobre os recursos do Fundo de Desapropriação e Colonização passam a ser exercidas pela Fundação.

§ 2.º — Os recursos do F.D.C. serão geridos pelo Presidente da Fundação e movimentados em conta especial no Banco do Estado do Paraná, ficando, em face das determinações deste parágrafo, revogado o artigo 5.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962.

§ 3.º — O inciso I do artigo 2.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I — Uma parcela da renda resultante da cobrança da Taxa de Valorização Agrária".

§ 4.º — O Poder Executivo, por decreto, baixará normas que regulamentem a Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962, em face das alterações introduzidas por esta lei.

Art. 16 — A Fundação prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por exercício encerrado, remetendo o balanço financeiro de suas atividades até o dia 31 de março do exercício seguinte.

Art. 17 — O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Art. 18 — A Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivo e Legislativo relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 19 — A Fundação é imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual.

Art. 20 — São inerentes à Fundação, no que couber, os privilégios da Fazenda Pública Estadual.

Art. 21 — Serão considerados de alta relevância os serviços da Fundação para os efeitos da imunidade tributária.

Art. 22 — Para cobertura da doação de que trata a alínea IV do artigo 3.º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento em vigor.

Art. 23 — O pessoal técnico e administrativo da Fundação será contratado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1.º — O Governador do Estado poderá por à disposição da Fundação servidor público estadual ou autárquico, com os vencimentos e vantagens do cargo.

§ 2.º — A aprovação do quadro e fixação da remuneração do pessoal técnico e administrativo da Fundação será de competência do Conselho de Curadores, por proposta do Presidente da Fundação.

Art. 24 — Após a publicação do decreto que aprovar o Estatuto da Fundação, deverá o Governador do Estado nomear os membros do Conselho de Curadores e o Presidente.

Art. 25 — Extinguindo-se a Fundação, sus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 26 — O Estatuto da Fundação pode ser reformado por Decreto do Governo do Estado.

Art. 27 — As funções de membros do Conselho de Curadores não serão remuneradas, sendo consideradas, para todos os efeitos, relevante serviço público.

Art. 28 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-03-72

aa) — Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 68/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurada à família do servidor policial civil ou militar do Paraná, que falecer em consequência de agressão sofrida no desempenho de função policial ou de segurança, uma pensão mensal na base do vencimento ou da remuneração.

Parágrafo único — Para o cálculo da pensão consideram-se integrantes do vencimento as seguintes gratificações, desde que na ocasião do óbito estejam sendo legalmente pagas ao de cujus:

- I — Gratificação adicional por tempo de serviço;
- II — Gratificação de função;
- III — Gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva; e
- IV — Gratificação de representação.

Art. 2.º — A pensão concedida na forma deste artigo será sempre reajustada na proporção dos aumentos dos níveis de vencimentos, observando-se as reestruturações havidas no respectivo cargo.

Art. 3.º — Do valor da pensão deduzir-se-á o correspondente ao de qualquer outra, paga pela instituição de previdência a que o de cujus era filiado ou deixada pelo mesmo servidor e paga pelos cofres públicos.

Art. 4.º — Tem direito à pensão criada por esta lei as famílias dos servidores desaparecidos desde 1.º de janeiro de 1968.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão à conta da dotação específica do Orçamento do Estado.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31-03-72

aa) — Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 71/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadã Benemerita do Paraná", à Senhora Dalila de Castro Lacerda.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-03-72

aa) — Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 73/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Prefeito Municipal poderá solicitar que os projetos de lei que enviar à Câmara Municipal sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento.

§ 1.º — A solicitação do prazo mencionado neste artigo poderá ser feita depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento.

§ 2.º — O disposto neste artigo não se aplicará aos projetos de codificação.

§ 3.º — Na falta da deliberação dentro do prazo estipulado neste artigo, considerar-se-ão aprovados os projetos, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-03-72

aa) — Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 118/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Procurador da Justiça, que serão preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º — Os atuais Procuradores de Justiça, inclusive os ocupantes dos cargos criados por esta lei, exercerão suas funções junto ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Alçada.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação própria, consignada no Orçamento do Estado.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-03-72

aa) — Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 2.º e seus parágrafos da Resolução n.º 19/69, de 15 de agosto de 1969, passam a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 2.º — O deputado indicará à Mesa da Assembléia, através de relação discriminativa, as entidades sociais a serem subvencionadas, que estejam em pleno funcionamento e possuam personalidade jurídica, a qual autorizará o respectivo pagamento.

§ 1.º — Os pagamentos serão feitos, às entidades indicadas, mediante cheques nominiais.

§ 2.º — O comprovante de caixa será a cópia do cheque nominal, para efeito de contabilização".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-03-72

aa) — Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Alvaro Dias — Relatores

P O R T A R I A S :

PORTARIA N. 249-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.174, de 30 de agosto de 1972, deste Poder

RESOLVE:

Conceder a Brígida Lobo Kolarovski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 250-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar os funcionários Alexandre Radichewski, Orlando Ferreira, Rubens de Souza, Lazaro Caetano da Silva, Sebastião Bueno, Dorival Delagassa e José Carlos Portela para prestarem serviços na Assistência Social, como Motoristas, tendo em vista que os mesmos vem exercendo a referida função.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral